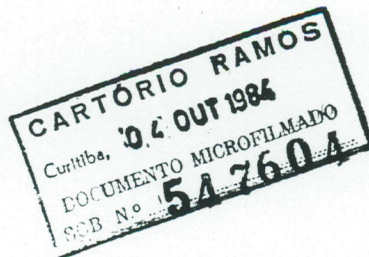




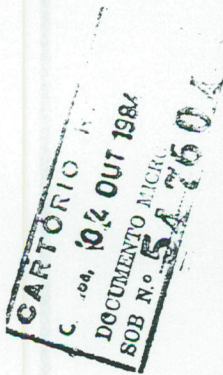
COC-255/84



Contrato de Concessão para explora o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários, que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR e a Prefeitura Municipal de JOAQUIM TÁVORA, conforme adiante se declara:

Nesta data, compareceram de um lado, o Município de JOAQUIM TÁVORA, por seu Prefeito municipal, devidamente autorizado pela Lei n 600 de 06.07.83, e do outro lado, a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, neste ato representada por seu Diretor Presidente em exercício ROQUE ROBINSON PIRÁGINE, por seu Diretor Financeiro JOSÉ FL VIO GUIMARÃES BORGES, assistido pelo advogado ALLAN STRADIOTTO, para firmar Contrato de Concessão, nas condi es expresas nas cláusulas seguintes: PRIMEIRA: fica concedido à SANEPAR, criada pela Lei Estadual n  4684, de 23.01.63, a explora o e opera o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários da cidade de JOAQUIM TÁVORA, pelo prazo de 30 anos, obedecida a legisla o vigente e aplicável   espécie. PARÁGRAFO ÚNICO: para fins previstos no presente contrato, são designados: a) CONCEDENTE: Prefeitura Municipal; b) CONCESSIONÁRIA: Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR. SEGUNDA: para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete à CONCESSIONÁRIA, com exclusividade, diretamente, ou mediante contrato com entidade especializada em engenharia sanitária: a) estudar, projetar e executar as obras relativas à constru o, amplia o ou remodela o dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários municipais; b) atuar como órgão coordenador executor ou fiscalizador de execu o dos convênios celebrados, para os fins do item a, entre o Município e  rg os Federais ou Estaduais; c) operar, manter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários; d) emitir, fiscalizar e arrecadar as contas dos serviços que prestar. TERCEIRA: É delegada   CONCESSIONÁRIA, competência para fixar tarifas que permitam a justa remunera o do investimento, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurem o equilíbrio econ mico e financeiro do sistema explorado, nos termos do Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o BNH, de acordo com o disposto nos incisos I e II, do artigo 167, da Constitui o Federal. QUARTA: É vedada   CONCESSIONÁRIA proceder isen o de tarifas e custo de seus serviços. QUINTA: os loteamentos futuros são poderão ser aprovados pela CONCEDENTE, desde que, em seu traço, seja prevista a execu o de redes coletoras de esgotos sanitários e de distribui o de água, previamente aprovados pela CONCESSIONÁRIA. PARÁGRAFO ÚNICO: a execu o de tais melhorias será suportada pela empresa ou pessoa que efetuar o loteamento. SEXTA: caberá à CONCEDENTE, recompor a pavimenta o das ruas danificadas em decorrência das obras de instala o, amplia o e reparos de redes públicas e coletores prediais, durante a aplica o e carência dos recursos emprestados pelo BNH. PARÁGRAFO ÚNICO: a CON-

*(Handwritten signatures)*



CESSIONÁRIA ficará obrigada a recompor os passeios ficando-lhe facultado faturar os serviços de recomposição contra os usuários diretamente atingidos. SÉTIMA: o Poder Executivo Municipal, decretará a utilidade pública para fins de desapropriação ou estabelecimento de bens e direitos necessários aos serviços da CONCESSIONÁRIA, seus melhoramentos, extensões e amplia es, nos termos da Legislação Vigente. PARÁGRAFO ÚNICO: nos casos previstos nesta cláusula, o  nus da indenização ficará a cargo da CONCEDENTE, mediante acordo com os interessados ou através de ação judicial. ONTAVA: a CONCESSIONÁRIA poderá utilizar, para a realização dos serviços ora concedidos, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei específica. NONA: a CONCESSIONÁRIA gozará de total isenção de impostos municipais relativamente a seus bens e serviços de conformidade com a Lei Municipal. DÉCIMA: O investimento para implantação das melhorias é estimado em ..... 11 316,766 UPC e será aplicado pela CONCESSIONÁRIA. PARÁGRAFO PRIMEIRO: a participação da CONCEDENTE no investimento para implantação das melhorias será procedida com os terrenos ora ocupados pelas melhorias do sistema incorporado, desde que regularizadas em nome do Município e com todos os  nus à conta do mesmo. PARÁGRAFO SEGUNDO: a participação futura será em dinheiro e/ou bens e direitos no montante mínimo de 25% ( vinte e cinco por cento ), ficando desde já estabelecido que todas as participações serão transformadas em (ações preferenciais), no capital da CONCESSIONÁRIA, respeitadas as disposições do artigo 2  e seus parágrafos da Lei de Concessão, num montante que não inviabilize economicamente a implantação da obra. PARÁGRAFO TERCEIRO: no caso de bens e direitos aludidos no parágrafo segundo, o valor dos mesmos será fixado por avaliação na forma do Decreto-Lei n  6404 de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações). CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: a CONCEDENTE possui nesta data um débito de 14 670,150 UPC, correspondendo nesta data a CR\$ 194 448 000,00 (cento e noventa e quatro milhões e quatrocentos e quarenta e oito mil cruzeiros), assim discriminados: a) 6 582,463 UPC, relativo ao CFFE n  02/67 de 23.10.67 ; 7 069,794 UPC, relativo ao CF 17/67 de 05.12.69 e TA 04/71, de 07.06.71; b) 1 017,893 UPC, relativo a custos de projetos elaborados pela SANEPAR. PARÁGRAFO ÚNICO: o débito mencionado nesta cláusula   quitado, nesta data com os bens patrimoniais do acervo do sistema de água e Esgotos, conforme Laudo de Avaliação conjunto, constituído do seguinte: a) Construção Civil - total CR\$ ..... 79 356 000,00; b) Equipamento Eletromecânicos - total CR\$ ..... 3 050 000,00; c) Móveis e Utensílios - total CR\$ 2 202 000,00; d) Veículos - total CR\$ 600 000,00; e) Adução - total - CR\$ ..... 55 000 000,00; f) Rede de Distribuição de  gua - Total CR\$ ..... 27 600 000,00; g) Ligações Domiciliares de  gua - Total - CR\$ ... 26 640 000,00, que resultam no total geral de CR\$ 194 448 000,00. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: conseqüentemente as partes rescindem com plena, geral e raz  quitação os seguintes contratos. de financia-

*[Handwritten signatures and initials]*



mentos n  02/67 CFFE de 23.10.67, CF 17/67, de 05.12.69 e TA-04/71 07.06.71, num valor total de 13 652,257 UPC. E os contratos de Comodato n  COM 09/82 de 21.06.82, COM-08/84 de 25.05.84 e COM-06/84 de 20.03.84. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: se no decorrer da concessão houver interesse das partes na execução das obras de remoção de esgoto sanitário, a CONCEDENTE se compromete a participar com um percentual a ser definido, mediante assinatura de termo aditivo. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: por ocasião da assinatura de Termo Aditivo, o Poder Executivo outorgará procuração   Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, de acordo com as disposições do artigo 4  da Lei de Concessão, com a finalidade de garantir as participações da CONCEDENTE, nos investimentos. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: será de responsabilidade do Município os pagamentos das tarifas devidas por banheiros, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotos sanitários utilizados pela CONCEDENTE ou de sua responsabilidade. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: a CONCESSIONÁRIA não se responsabilizará pela interrupção de fornecimento dos serviços de água e remoção de esgotos sanitários motivada por força maior, como greves, inundações, acidentes, incêndios, comoções públicas, guerras etc. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: a CONCESSIONÁRIA manter  constantemente estudos visando o aprimoramento e a programac o das obras de instalação e de ampliação dos serviços públicos concedidos dentro de sua política de a o. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: sempre que julgar necessário, a CONCEDENTE poderá solicitar esclarecimentos quanto ao programa de a o em prática na área atendida pela CONCESSIONÁRIA e quanto às tarifas vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA NONA: a CONCESSIONÁRIA poderá embargar o funcionamento de poços artesianos, freáticos e cisternas existentes nos locais providos de rede pública de distribuição de água, devendo proceder ao fechamento e lacrar as referidas fontes de abastecimento, sem o direito dos proprietários ou usuários reclamarem qualquer indenização. PARÁGRAFO ÚNICO: fica desde já estabelecido que as disposições desta cláusula somente serão aplicadas quando o sistema operado pela CONCESSIONÁRIA possuir condições técnicas para atender os usuários abastecidos por poços particulares. CLÁUSULA VIGÉSIMA: poderá a CONCESSIONÁRIA sustar o fornecimento de água aos usuários, sempre que o débito do imóvel ultrapassar trinta dias do vencimento, e em outros casos previstos em sua regulamento. CLÁUSULA VIG CIMA PRIMEIRA: ocorrendo o caso de não prorrogação do prazo de concessão prevista na cláusula primeira, ou rescisão do presente contrato, o acervo do sistema de água e coleta de esgotos sanitários, será transferido ao patrim nio do Município, respeitados os estatutos da CONCESSIONÁRIA, bem como após assumir a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porventura existentes na data da transferência do acervo, e, indenizar a SANEPAR pelos investimentos que excederem a participação do Município. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: o poder executivo fica responsável pelas eventuais indenizações de bens e direitos reclamados por terceiros, concessionárias ou não, de sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários. CLÁUSULA VIGÉSIMA

*[Handwritten signatures and initials]*

ARQUIVO RAMOS  
J. 4 OUT 1984  
UNIMTO MICROFILMADO



COC-255/84 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM TÁVORA

04

TERCEIRA: este contrato terá vigência a partir desta data. PARÁ-GRAFO ÚNICO: a CONCESSIONÁRIA, em hipótese alguma será considera- da sucessora da CONCEDENTE. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: fica elei- to o foro de Curitiba Capital do Estado, para nele serem resolvi- dos todas as questões judiciais d revidas deste instrumento, re- nunciando as partes expressamente, a qualquer outro, por mais pre- vilegiado que seja.

79 Tabel o

ROQUE ROBINSON PIRÁGINE  
DIRETOR PRESIDENTE em exercício

JOSE FLAVIO GUIMARÃES BORGES  
DIRETOR FINANCEIRO DA SANEPAR

TESTEMUNHAS:

Curitiba, 27/09/84  
MAURO DA SILVA FRANÇA  
PREFEITO MUNICIPAL DE JOA-  
QUIM TÁVORA  
ALLAN STRADIOTTO  
ADVOGADO DA SANEPAR

79 TABEL O Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de

DR. RENATO WOLFE TABEL O

JOSE DAMIO AYRTON CHEERNICKY

ADEMIR WOLFE

ANGELO VOLFI NETO

\* AUTORIZADOS \*

CURITIBA - Paraná

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de

Reque R. Pir gini, Jos lio

O. Borges, Allan Stradiotto

Requ s, Nazareno

Curitiba, 01 OUT 1984

Em test.   da verdade

TABEL O

Cart. Reg. Tit. Doc. 2.  OF.  
Tit. Nicanor Ramos F.   
R. Mal. Floriano, 256  
Fone: 224-2444

A Serventia CR\$ 47.513,00  
Ao CPC ... CR\$ 2.301,00  
Microfilmagem CR\$ 502,00  
Ao AM ... CR\$ 74,00  
Ao ASJ ... CR\$ 74,00  
T. Jud. ... CR\$ 10.003,00  
Certidão ... CR\$  
TOTAL CR\$ 60.147,00



Reconheço p. semelhança a(s) firma(s) de

Mauro da Silva França

e Roque Robinson Pira-

gine.

02.10.84

"Em test.   da verdade"

**CARTÓRIO RAMOS**

2  CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
RUA MAL. FLORIANO PEIXOTO, 256 - TEL. 224-2444

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO E REGISTRADO EM

MICROFILME SOB O NÚMERO 547604

ARQUIVADO SOB O NÚMERO: 332331

Curitiba, 04 OUT 1984

TITULAR: NICANOR RAMOS FILHO

ESCR. JURAMENTADO: JOÃO VALDIR JUSTUS

EMPREGADOS JURAMENTADOS

ROMOLO FERRARESE - JAUPHY MAGALHÃES DA SILVA

JOÃO LUCAS L. RAMOS

/aam